

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.839 - SP (2018/0289368-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : **SAO JOSE CONSTRUCOES E COMERCIO LIMITADA**  
**ADVOGADOS** : **OLIVAR LORENA VITALE JUNIOR - SP155191**  
**THIAGO FERRARI DIEGUES E OUTRO(S) - SP400221**  
**GIOVANA ELISA MONTEIRO E SOUZA - SP402833**  
**AGRAVADO** : **FERNANDO PEREIRA**  
**AGRAVADO** : **JACI JOSEFA DOS SANTOS PEREIRA**  
**ADVOGADOS** : **LUIZ FERNANDO HOFLING - SP021544**  
**CARLA AZEVEDO ORTIZ E OUTRO(S) - SP166381**  
**MARCELO LOTZE - SP192146**  
**ANA CAROLINA SILVEIRA AKEL - SP171043**

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPENHORABILIDADE DO SALÁRIO. ALEGAÇÃO DE QUE SE CUIDA DE EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR, O QUE EXCEPCIONARIA A REGRA DE IMPENHORABILIDADE. TESE NÃO PREQUESTIONADA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por SAO JOSE CONSTRUCOES E COMERCIO LIMITADA em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim resumido:

*PENHORA “ON LINE”. Cumprimento de sentença. Pretendida constrição de salário. Inadmissibilidade. Caráter alimentar. Inteligência do artigo 833, inciso IV, do Código de Processo Civil. Decisão mantida. RECURSO NÃO PROVIDO (e-STJ fl. 487).*

# Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 522/526).

Nas razões recursais, a recorrente, além de apontar dissídio jurisprudencial, alegou que houve ofensa ao art. 833, § 2º, do Código de Processo Civil, pois seria possível a penhora dos valores percebidos a título de salário, *in casu*, tendo em vista o fato de cuidar-se de execução de honorários advocatícios de sucumbência, ou seja, verba que também teria natureza alimentar.

Ao final, informou que solicitou o rateio da penhora parcial já deferida em outra demanda a fim de não onerar ainda mais os recorridos.

Assim, requereu o provimento do recurso especial para que se autorize "a penhora de aposentadoria em detrimento de honorários advocatícios, eis que se tratam de verba de natureza alimentar e, com intuito de menor oneração aos recorridos, que haja o rateio das verbas na presente ação em 15% (quinze por cento) e 15%, nos autos da ação nº 0016357-13.2004.8.26.0100, até o saldar integralmente a dívida" (e-STJ fl. 507).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 530/531), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 534/553 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "*aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal *a quo* manteve a decisão que indeferiu o bloqueio de valores a título de salário, nos seguintes termos:

# *Superior Tribunal de Justiça*

*O juízo a quo, com acerto, indeferiu o bloqueio de valores a título de salário.*

*Com efeito, nos termos do artigo 833, inciso IV, do Código de Processo Civil, tais valores são impenhoráveis. A hipótese não se amolda àquelas previstas no parágrafo segundo do referido diploma legal como exceções à impenhorabilidade (prestação alimentícia e importâncias superiores a 50 salários mínimos mensais).*

*Nesse sentido, decisões do Superior Tribunal de Justiça:*

*“(...) 2. Nas razões de seu Apelo Especial, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, infringência aos arts. 591, 620, 649, IV e 655, §2º, do CPC, alegando a impenhorabilidade dos vencimentos de Servidor Público, em razão de sua natureza alimentar. Ressalta que deve ser observado o princípio da menor onerosidade para o devedor.*

*3. O art. 649, IV do CPC, com a redação da Lei 11.382/2006, prevê que os vencimentos, remunerações e salários são absolutamente impenhoráveis, no fito de resguardar a subsistência do devedor e sua família.*

*4. Nesta esteira, o Superior Tribunal de Justiça expressou que é inadmissível a penhora parcial de valores depositados em conta-corrente destinada ao recebimento de salário ou aposentadoria por parte do devedor (AgRg no REsp 1.023.015/DF, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 27.02.2008) e, ainda, que a impenhorabilidade de vencimentos e aposentadorias é uma das garantias asseguradas pelo art. 649, IV, do CPC (AgRg no REsp 969.549/DF, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJ 19.11.2007).”*

*(...)*

*6. Diante do exposto, com fundamento no art. 557, §1º-A do CPC, dá-se provimento ao Recurso Especial para restabelecer o entendimento expendido no voto-vencido, na origem, no julgamento do Agravo de Instrumento.” (STJ, REsp 1078198, Rel. o Min. Napoleão Nunes Maia Filho, decisão monocrática, j. 22.3.2011).*

*“1. Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, 'a' e 'c', da Constituição Federal. Na origem, a Corte local deferiu a penhora sobre 30% do salário da recorrente. Alega-se em especial violação do art. 649, VI do CPC, aduzindo ser impenhorável o salário. É o relatório. 2. Decido. Razão assiste ao recorrente. Nos moldes do art. 649, VI do CPC e da jurisprudência desta Corte, é impenhorável a verba referente à salário, verbis: (...) 3. Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para desconstituir a penhora sobre os vencimentos*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*da recorrente.” (STJ, REsp 1176145, Rel. o Min. Luis Felipe Salomão, j. 8.2.2011).*

*Não é outro o entendimento desta Corte:*

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADA COM COBRANÇA. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA*

*DE PERCENTUAL SOBRE OS RENDIMENTOS LÍQUIDOS DO EXECUTADO DIRETAMENTE EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SEU SALÁRIO. IMPENHORABILIDADE QUE DECORRE DA LEI.*

*ARTIGO 833, IV do novo CPC. HIPÓTESE DOS AUTOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NAS EXCEÇÕES PREVISTAS NO § 2º, DA NORMA ACIMA. Como a ação não envolve pagamento de prestação alimentícia e não há prova de que a remuneração do agravante exceda 50 salários mínimos, determinando o juiz "a quo" que a Serventia de primeiro grau oficie à Prefeitura Municipal de Votuporanga para que promova o bloqueio mensal de 30% dos rendimentos líquidos do executado, não deve ser mantida a constrição. Agravo provido.” (Ag. Inst. n. 2102613-11.2016.8.26.0000, Rel. Des. Gilberto Leme, 35ª Câmara de Direito Privado, j. em 30.9.2016).*

*“Agravo de Instrumento - Execução Insurgência contra decisão que indeferiu pedido de desbloqueio dos valores da conta corrente da executada, bem como da penhora de 30% dos rendimentos líquidos auferidos pela executada, na qual são creditados seus vencimentos salariais Inadmissibilidade da penhora "on line" incidente sobre tais valores, por terem caráter alimentar - Impenhorabilidade configurada, nos termos do art. 649, inciso IV, do CPC/73 (recepcionado pelo art. 833, inciso IV do Novo CPC) Recurso da executada provido” (Ag. Inst. n. 2152396-69.2016.8.26.0000, Rel. Des. Thiago de Siqueira, 14ª Câmara de Direito Privado, j. em 15.9.2016).*

*Logo, ante a impenhorabilidade do salário diante da sua natureza alimentar, inadmissível a constrição, pelo que a decisão não comporta reparos.*

*Ante o exposto, nego provimento ao recurso (e-STJ fls. 487/489).*

Como se constata, em momento algum houve emissão de juízo de valor acerca da tese desenvolvida pela recorrente em torno do dispositivo legal tido por violado, de acordo com a qual seria possível a penhora de salário em caso

# *Superior Tribunal de Justiça*

de execução de honorários advocatícios, por estes também possuírem natureza alimentar.

Nem mesmo após terem sido opostos embargos de declaração a questão foi enfrentada.

Dessarte, o apelo carece do requisito indispensável do prequestionamento, de modo a atrair a incidência das Súmulas 282 e 356 do STF, aplicadas por analogia.

Vale salientar que não houve indicação, no recurso especial, de ofensa porventura perpetrada ao art. 1.022 do Código de Processo Civil.

Outrossim, para aferir as assertivas da parte, como, por exemplo, a de que se cuida de execução de verba alimentar (honorários advocatícios), seria preciso revolver o conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento vedado em sede especial, conforme reza a Súmula 7/STJ.

**Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator